



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.101537.2023

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Emissão de Certificado Digital e Fornecimento de Token

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - SGAP/SGAP-CPCL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 032/2023/DPE-RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023/CPCL/DPE/RO

PROCESSO SEI: 3001.101537.2023

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representada pela Secretária-Geral de Administração e Planejamento, Sra. **Beatriz de Andrade Chaves**, nomeada pela Portaria nº 1472/2023/DPG/DPERO, de 25 de julho de 2023, publicada no DOE-DPERO n.º 1023, de 26 de julho de 2023, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), firmam a presente Ata de Registro de Preços, nos termos das Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual 18.340/2013, suas respectivas alterações e demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de emissão de certificado digital padrão ICP-Brasil e fornecimento de dispositivos de armazenamento de certificados digitais do tipo token usb sob demanda, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no edital e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A ata de registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contada da data da publicação do extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

2.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

<p>01</p>	<p>Emissão de certificado digital A3 e-CPF (sem token)</p> <p>Segue abaixo a lista das especificações técnicas mínimas que devem ser atendidas para a emissão do certificado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); • Deve possuir nível A3 e ser do tipo e-CPF; • Deve ter validade mínima de 03 (três) anos a contar da data de emissão; • Deve estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil; • Deve incluir o respectivo serviço de autoridade de registro; • A contratada deve possuir posto de atendimento presencial nas cidades de Porto-Velho, Cacoal, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena, no Estado de Rondônia para emissão ou renovação do certificado e também na modalidade remota através de videoconferência, de acordo com legislação aplicável. 	<p>Unid.</p>	<p>70</p>	<p>70,00</p>	<p>4.900,00</p>
------------------	---	--------------	-----------	--------------	-----------------

<p>02</p>	<p>Emissão de certificado digital A1 e-CNPJ (sem token)</p> <p>A seguir estão as especificações técnicas mínimas para a emissão do certificado e-CNPJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); • Deve possuir nível A1; • Deve ser do tipo e-CNPJ; • Deve ter validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de emissão; • Deve estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil; • Deve incluir o respectivo serviço de autoridade de registro; • Deve ser entregue no formato .pfx ou permitir conversão para o referido formato; • Deve possuir criptografia SHA256withRSA (em razão do PJE/SEEU); • A contratada deve possuir posto de atendimento presencial nas cidades de Porto-Velho, Cacoal, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena, no Estado de Rondônia para emissão ou renovação do certificado e também na modalidade remota através de videoconferência, de acordo com legislação aplicável. 	<p>Unid.</p>	<p>03</p>	<p>80,00</p>	<p>240,00</p>
	<p>Kit composto por mídia de armazenamento de certificado digital do tipo token usb + Emissão de Certificado Digital A3 e-CPF</p> <p>Sobre o certificado A3:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); • Deve possuir nível A3 e ser do tipo e-CPF; • Deve ter validade mínima de 03 (três) anos a contar da data de emissão; • Deve estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil; • Deve incluir o respectivo serviço de autoridade de registro; <p>Sobre o Token usb:</p>				

- Para atender aos requisitos de segurança do Comitê Gestor da ICP-Brasil, o dispositivo deve ter um conector USB tipo A versão 2.0 ou superior, com capacidade mínima de armazenamento de 32 Kbytes para certificados e chaves privadas. O dispositivo deve seguir as regras estabelecidas para o nível de segurança do padrão FIPS 140-2 e as normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil. Ele deve possuir algoritmo simétrico 3DES com três chaves distintas (k1, k2 e k3) ou AES, com chaves de 128 bits no mínimo para cifrar as chaves privadas armazenadas. Para a geração de assinaturas, deve ser usado o algoritmo RSA/SHA-2 ou RSA/SHA-1.

- O dispositivo deve ser resistente à água e à violação e ter um indicador luminoso para exibir o estado do dispositivo. Além disso, deve ter compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4.

- As funcionalidades incluem permitir a criação de uma senha de acesso com pelo menos seis caracteres alfanuméricos e a geração de chaves protegidas por PINs alfanuméricos. Ele deve permitir a gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459 e armazenar chaves privadas em um repositório de dados próprio. Apenas certificados pertencentes a um único titular podem ser associados às chaves contidas em um determinado dispositivo, sendo que, no caso de certificados emitidos para pessoas jurídicas, o titular é a pessoa física responsável pela empresa.

- O dispositivo deve permitir inicialização e reinicialização com o uso de PUK (Pin Unlock Key) e deve ter compatibilidade com os sistemas operacionais Windows (7 e superior). Ele deve possuir middleware para Windows 7 e versões superiores e forçar a troca da senha padrão no primeiro acesso. Ele também deve implementar mecanismos de autenticação tipo challenge-response.

- O software de gerenciamento do dispositivo deve estar disponível em Português do Brasil e permitir o gerenciamento do dispositivo, a exportação de certificados armazenados no dispositivo, a importação de certificados em formato PKCS#7 para a área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315, e a importação de certificados

03

Unid.

30

140,00

4.200,00

<p>em formato PKCS#12 para a área de armazenamento do dispositivo. Ele deve permitir a visualização de certificados armazenados no dispositivo e o apagamento de chaves e outros dados contidos no dispositivo, após a autenticação do titular. Ele deve permitir a reutilização de dispositivos bloqueados por meio do apagamento total dos dados armazenados e da geração de uma nova senha de acesso.</p> <p>Para ambos os produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A contratada deve possuir posto de atendimento presencial nas cidades de Porto-Velho, Cacoal, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena no Estado de Rondônia para fornecimento do token com certificado digital. 				
TOTAL DA ATA				9.340,00

5. CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS, LOCAL, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

5.1. Conforme indicados nos itens **05, 07 e 09** do termo de referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Conforme disposto no item **10** do termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado obedecendo ao disposto no item **11** do termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **14** do Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

9.1. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2023**, por meio da programação: **30.011.03.126.2046.1096**; Natureza da despesa: **3.3.90.40**; Fonte: **1.759.0.08030**; Unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - FUNDEP**.

10. CLÁUSULA DEZ - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital que não tenha participado do certame licitatório,

mediante anuência do órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. CLÁUSULA ONZE - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

11.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

11.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.4. Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o item **11.3**, quando tratar-se de produto cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso item **11.3.2**.

11.4.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

11.5. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

11.5.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

11.5.2. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ata; os preços poderão ser revisados conforme disposto no subitem **11.5.**

11.5.3. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do item da ata.

11.5.4. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

12. CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA

12.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

12.1.1. Descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços;

12.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

12.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei n. 8.666, de 1993, ou no artigo 7º da Lei n. 10.520, de 2002.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens **12.1.1** e **12.1.2** acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

12.4.1. Por razão de interesse público; ou

12.4.2. A pedido do fornecedor.

13. CLÁUSULA TREZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços vincula-se ao edital, anexos e a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) do Pregão Eletrônico que originou o presente documento.

13.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição

pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

13.3. Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.4. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

13.5. O extrato da presente Ata será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

13.6. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14. CLÁUSULA TREZE - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução da presente Ata.

Porto Velho - RO, na data da assinatura eletrônica.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Beatriz de Andrade Chaves
Secretária-Geral de Administração e Planejamento

AR CONFIANÇA EMPREENDIMENTOS DIGITAL

Priscila Consani das Mercedes Oliveira
Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Consani das Mercedes Oliveira, Usuário Externo**, em 02/08/2023, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz de Andrade Chaves, Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento**, em 03/08/2023, às 08:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0245882** e o código CRC **7854BDF9**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.101537.2023.

Documento SEI nº 0245882v3